

DIEESE – Subseção APCEF/SP

Informe semanal – nº 135 – 15 de setembro de 2017.

2017: um ano perdido

Relatório trimestral de Inflação do Banco Central do Brasil, publicado em setembro, menciona que a indústria de transformação mantém elevada capacidade ociosa, o que *“dificulta a reação mais vigorosa do investimento”*. Menciona, ainda, o elevado patamar de desemprego, que foi reduzido em parte, mas *“principalmente entre empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria, categorias associadas aos segmentos mais informais de trabalho”*. Em resumo, a indústria produz menos que sua capacidade, ainda não emprega e cada desempregado se vira como pode. Para o BACEN, o Produto Interno Bruto, em 2017, crescerá 0,7%. Em palavras não expressas no Relatório, será mais um ano perdido.

Tabela 1 – variação esperada para o Produto Interno Bruto 2017

variação esperada para 2017		
Demand	Consumo das famílias	0,4%
	Consumo de governo	-1,8%
	Formação bruta de capital fixo	-3,2%
	Exportação	3,9%
	Importação	1,9%
Oferta	Agropecuária	12,1%
	Indústria	-0,6%
	Serviços	0,1%
PIB a preços de mercado		0,7%

Fonte: Banco Central do Brasil - Relatório de Inflação

Taxa de juros em queda, mas nem tanto

PIB modesto, queda no investimento, consumo andando de lado e desemprego elevado têm determinado a redução da taxa básica de juros (SELIC), desde 8 de setembro em 8,25%. Taxa menor faz a economia girar. Mas o Relatório de Inflação, citando o Comitê de Política Monetária, alerta, textualmente: *“O Copom ressalta que as condições econômicas permitiram a redução da taxa Selic em um ponto percentual na sua reunião em setembro”*, mas *“vê, neste momento, como adequada uma redução moderada na magnitude de flexibilização monetária”*. Redução moderada na magnitude significa dizer que a taxa real continuará muito elevada.

Tabela 2– Taxa SELIC, IPCA e ganho real a cada ano

Meta SELIC⁽¹⁾		IPCA⁽²⁾		Ganho real SELIC/IPCA
2010	10,75%	2011	6,50%	4,0%
2011	11,00%	2012	5,84%	4,9%
2012	7,25%	2013	5,91%	1,3%
2013	10,00%	2014	6,41%	3,4%
2014	11,75%	2015	10,67%	1,0%
2015	14,25%	2016	6,29%	7,5%
2016	13,75%	2017	3,08%	10,4%
2017	8,25%	2018	4,07%	4,0%

(1) : SELIC em dezembro de cada ano, exceção a 2017 (taxa de 8 de setembro de 2017)

(2) : IPCA acumulado no ano seguinte. Até 2016, índices apurados; para 2017 e 2018, estimativas BACEN/FOCUS (15/9/2017)

Fontes: Banco Central e IBGE

Elaboração: DIEESE - Subseção APCEF São Paulo

Serviços: menos empregados e algum ganho real

Pesquisa do IBGE de atividades relacionadas ao setor de serviços não financeiros indica que, de 2007 a 2015, houve queda no número médio de empregados e crescimento no salário médio mensal. O salário real cresceu em nove anos 15,3%, o que corresponde a 1,5% ao ano. Em 2015, o setor empregava 12,7 milhões de trabalhadores, o que representou queda de 304 mil em relação a 2014. A Receita Líquida das empresas, somadas, também caiu: de R\$ 1,48 trilhão em 2014 a R\$ 1,44 trilhão em 2015.

Tabela 3 – Setor de serviços não financeiros: número médio de empregados por empresas e salário

Segmento de serviços não financeiros	média de pessoal ocupado	salário médio mensal - (valores de 2015)		variação no período
	2007	2015		
total	11	10	R\$ 1.657	R\$ 1.911
Serviços prestados principalmente às famílias	7	7	R\$ 972	R\$ 1.178
Serviços de informação e comunicação	10	10	R\$ 3.696	R\$ 3.831
profissionais, administrativos e complementares	14	13	R\$ 1.402	R\$ 1.715
transportes, serviços auxiliares a transportes e correios	17	14	R\$ 2.070	R\$ 2.359
atividades imobiliárias	6	4	R\$ 1.694	R\$ 1.588
serviços de manutenção e reparação	4	4	R\$ 1.135	R\$ 1.299
outras atividades e serviços	16	11	R\$ 1.973	R\$ 2.464

Fonte: IBGE